



# CULTURA HISTÓRICA E POLÍTICA DE ESTUDANTES BRASILEIROS DIANTE DA DEMOCRACIA E DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR

Rúbia Caroline Janz<sup>1</sup>

Luis Fernando Cerri<sup>2</sup>

## SOCIAL REPRESENTATIONS AND THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL: A STUDY WITH THIRD-YEAR HIGH SCHOOL STUDENTS

### Resumo:

Esse artigo analisa dados do projeto *Residente: observatório das relações entre jovens, política e História na América Latina (2019)*, que tem por objetivo coletar informações sobre o ensino de História, por meio de questionários, entre estudantes. O método utilizado foi a análise estatística descritiva e inferencial a partir de dados coletados com instrumento de questões objetivas. Nosso objeto são questões relacionadas ao posicionamento dos participantes brasileiros frente a ditadura militar, que tenderam a associá-la mais a características positivas do que a aspectos negativos. Uma hipótese que poderia explicar esse cenário é a influência da cultura política brasileira, a partir da perspectiva de Rodrigo Patto Sá Motta, caracterizada, entre outras coisas, pela violência, pelo paternalismo e pelo desprezo à democracia. De modo geral, os jovens participantes demonstraram estar em consonância com a cultura política hegemônica, porém, um pequeno grupo, que apontou a democracia como elemento importante na sua vivência, demonstrou posicionamentos diferentes da maioria, apontando para uma possibilidade de mudança.

**Palavras-chave:** Projeto Residente; cultura política brasileira; democracia; Ditadura Militar.

### Abstract:

*This article analyzes data from the Residente project: observatory on relations between young people, politics and history in Latin America (2019), which aims to collect information about the teaching of History, through questionnaires, among students. Our object is questions related to the positioning of Brazilian participants towards the military dictatorship, which tended to associate it more with positive characteristics than with negative aspects. One hypothesis that could explain this scenario is the influence of Brazilian political culture, from the perspective of Rodrigo Patto Sá Motta, characterized, among other things, by violence, paternalism and contempt for democracy. In general, the young participants demonstrated that they were in line with the hegemonic political culture, however, a small group, which pointed to democracy as an important element in their experience, demonstrated different positions than the majority, pointing to a possibility of change.*

**Keywords:** Resident Project; Brazilian political culture; democracy; Military dictatorship.

<sup>1</sup> Licenciada em História pela UEPG, Doutora em História pela UDESC. Professora da Rede Pública Estadual do Paraná. E-mail: . Orcid: 0000-0001-9832-0181.

<sup>2</sup> Licenciado em História, Mestre e Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor do Departamento de História da UEPG. E-mail: lfcferri@uepg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9650-0522>.

## 1 INTRODUÇÃO

O ano de 2024 marca os 60 anos do golpe que deu início à ditadura no Brasil. Refletir sobre essa efeméride, mesmo após tantos anos, é trazer à baila um passado que ainda não passou, cujas marcas, promessas, consequências, feridas e dores ainda podem ser sentidas. Um tempo que, encerrado – se é que podemos falar nesses termos – sem dar lugar às aspirações verdadeiramente democráticas, ainda se reflete nas características que majoritariamente marcam a cultura política brasileira (Motta, 2018), a saber: a violência, o autoritarismo, o personalismo e o comodismo como incapacidade de reagir ou de se perceber como agente político.

Em outubro de 2023 foram comemorados 35 anos da Constituição Cidadã. Estamos vivendo o período mais longo de democracia da nossa História. Nesse contexto, por que a temática da ditadura ainda nos é tão cara? Por que tantos se sentem incomodados com essas discussões? Por que a polêmica, e nos últimos tempos, o medo da represália e da censura, têm se colocado de forma de contumaz em salas de aula de todos os níveis de ensino em todo o país?

Essas questões são bastante relevantes no contexto em que estamos vivendo. Embora, desde 2023 o país tenha retomado o prumo do Estado democrático de direito, vivenciamos tempos obscuros, com um militar de reserva ocupando o cargo da Presidência da República. O respeito às liberdades individuais e aos direitos humanos – que no Brasil ainda pelem para se consolidar, foram colocados à prova de forma ainda mais contundente. Não raro, o presidente violou à liberdade de imprensa, desrespeitou minorias, questionou a existência da Ditadura Militar, ocupou milhares de cargos federais com militares ativos e da reserva sem observar critérios técnicos, hostilizou professores, artistas e pessoas ligadas à ciência e à pesquisa, bem como colocou em dúvida o processo eleitoral, do qual saiu derrotado. Como consequência das suas narrativas e políticas de governo, as “viúvas da ditadura saíram do armário” e discursos violentos e de relativização a respeito das práticas autoritárias e criminosas cometidas pela ditadura ou com sua convivência ganharam espaço e muito alcance nas mais diferentes plataformas de divulgação de informações. Para além disso, colocar o processo eleitoral em dúvida levou para a frente de quartéis em todo o país milhares de pessoas que exigiam que as Forças Armadas interviessem, anulando o pleito. O ponto mais baixo dessa história coletiva foi a invasão e des-

truição das sedes dos Três Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

É possível imaginar essa sucessão de acontecimentos em uma sociedade que realmente defenda valores democráticos? É aceitável para um povo que de fato saiba o que é e o que caracteriza uma democracia? Sobre esses questionamentos se desenvolve esse artigo.

Usando dados do projeto *Residente: observatório das relações entre jovens, política e História na América Latina* (2019), a partir de uma análise quantitativa, buscou-se identificar de que forma os participantes da pesquisa se relacionam com a ditadura militar e como a valorização ou não da democracia se estabelece como um elemento de impacto nessas relações.

Os dados utilizados neste texto são resultantes do Projeto *Residente: observatório das relações entre jovens, política e História na América Latina*, uma continuação de um projeto anterior, o *Jovens e a História* criado em 2007 como um levantamento acerca do ensino de História para criar estudos comparativos nacionais e internacionais nesse campo, mapeando temas e problemas que merecessem atenção dos pesquisadores da Didática da História<sup>3</sup>.

A metodologia de uso dos dados inclui elementos de estatística descritiva e inferencial. O desenho de amostra consistiu na coleta de pelo menos 90 questionários em escolas públicas e 60 em escolas particulares de cada cidade em que havia pesquisador participante, em estabelecimentos escolhidos aleatoriamente. O tipo predominante de questão foi de afirmações a serem avaliadas pelo respondente utilizando a escala Likert ou escala de atitudes. A coleta de dados do projeto *Residente* foi realizada entre março e setembro de 2019 e contou com o envolvimento de 6.650 estudantes de sete países: Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Colômbia e México. Nesse artigo, lançaremos mão apenas dos dados obtidos no Brasil, que correspondem a 60,4% do total de questionários respondidos compondo um total de 3.835 participantes (excluídos estudantes de EJA). O instrumento de coleta de dados foi aplicado a estudantes que estavam cursando o 1º ou o 2º ano do Ensino Médio, portanto, pertencentes à faixa etária majoritariamente entre 15 e 16 anos.

As linhas teóricas de construção do instrumento de coleta de dados assim como das produções acadêmicas que vem se construindo a partir dele se concentraram majoritariamente no uso de dois conceitos: o de consciência histórica e o de cultura histórica a

<sup>3</sup> Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas em <https://www2.uepg.br/gedhi/>.

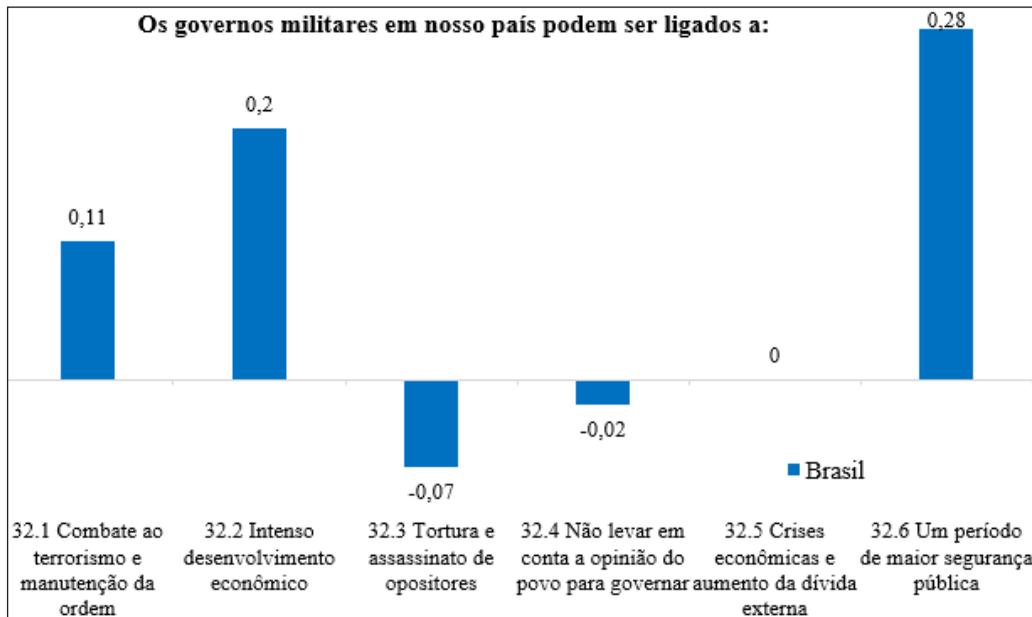
partir da perspectiva de Jörn Rüsen. Outro conceito importante é o de cultura política, que nesse artigo será abordado a partir dos referenciais estabelecidos por Gabriel Almond e Sidney Verba e Serge Berstein ressignificados para a realidade brasileira com o auxílio das reflexões de Rodrigo Sá Motta.

**2 POSICIONAMENTO DOS JOVENS PARTICIPANTES DO PROJETO RESIDENTE FRENTE À TEMÁTICA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA.**

No gráfico abaixo apresentamos a média das respostas dos estudantes brasileiros para a questão

32 do instrumento de coleta de dados, que trazia a seguinte pergunta: “Os governos militares em nosso país podem ser ligados a...?”. A partir dele, pode-se observar que estudantes brasileiros tenderam em média a discordar mais de afirmativas que traziam características negativas de tais governos, como “tortura e assassinato de opositores” e “não levar em conta a opinião do povo para governar”. Em contrapartida, concordaram mais com frases que traziam aspectos positivos a respeito dos governos autoritários – “manutenção da ordem e combate ao terrorismo”, “um período de maior segurança pública”, “intenso desenvolvimento econômico”.

**Gráfico 1** - Dados referentes à questão 32 do instrumento de coleta de dados do projeto *Residente*, com médias do Brasil.



Fonte: dados do projeto *Residente* (2019), organizados pelos autores.

Antes de analisar de forma mais detalhada os dados apresentados no Gráfico 1, é importante destacar que o posicionamento demonstrado pelos estudantes frente à ditadura militar não é resultado de respostas aleatórias, dadas pelos estudantes sem reflexão. Isso fica explícito quando observamos

as correlações que se estabelecem na tabela abaixo. Para chegar aos resultados aqui demonstrados, foi utilizada, a partir do software SPSS, a correlação<sup>4</sup> de Spearman. Com base nela, quanto mais forte for a correlação, mais próximo de 1 ela está. Na tabela, as correlações mais marcantes aparecem em destaque.

<sup>4</sup> Coeficientes de correlação são métodos estatísticos utilizados para estabelecer relações entre duas ou mais variáveis. Com eles é possível perceber e identificar como uma variável se comporta num cenário de variação de outra, sendo possível estabelecer se há ou não relação entre elas. Além disso, também é possível quantificar essas relações: numa variação de zero a um, quanto mais forte a correlação, mais próximo de um. Um número negativo indica uma relação inversa entre as variáveis enquanto o número positivo indica uma relação direta. Mais informações sobre coeficientes de correlação podem ser encontradas em: <<https://operdata.com.br/blog/coeficientes-de-correlacao/>>

**Tabela 1** - Correlações estabelecidas entre as respostas para a questão 32 do instrumento de coleta de dados.

	32.1 Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	32.2 Intenso desenvolvimento econômico	32.3 Tortura e assassinato de opositores	32.4 Não levar em conta a opinião do povo para governar	32.5 Crises econômicas e aumento da dívida externa	32.6 Um período de maior segurança pública
32.1 Combate ao terrorismo para manutenção da ordem	1,000	0,469**	0,003	-0,128**	0,026	0,393**
32.2 Intenso desenvolvimento econômico	0,469**	1,000	-0,004	-0,067**	0,049**	0,424**
32.3 Tortura e assassinato de opositores	0,003	-0,004	1,000	0,565**	0,395**	-0,108**
32.4 Não levar em conta a opinião do povo para governar	-0,128**	-0,067**	0,565**	1,000	0,397**	-0,190**
32.5 Crises econômicas e aumento da dívida externa	0,026	0,049**	0,395**	0,397**	1,000	0,008
32.6 Um período de maior segurança pública	0,393**	0,424**	-0,108**	-0,190**	0,008	1,000
32.7 Um período sem corrupção na política e no governo	0,305**	0,356**	-0,092**	-0,163**	-0,038*	0,558**

Fonte: dados do projeto *Residente* (2019), organizados pelos autores.

Por meio das correlações estabelecidas entre as respostas dos estudantes nas alternativas da questão 32, é possível perceber relações fortes entre as marcações que reconhecem, de forma mais intensa, características positivas dos governos militares. O mesmo acontece com aqueles que concordaram mais com as afirmações negativas referentes à ditadura. Dito de outra forma, respondentes que concordaram mais que os governos militares se caracterizaram pelo "combate ao terrorismo para a manutenção da ordem", foram também aqueles que tiveram maior índice de concordância com as afirmações que diziam que tal período foi marcado pelo "intenso desenvolvimento econômico", por "maior segurança pública". Em paralelo, aqueles que concordaram mais que a ditadura militar no Brasil pode ser associada a "tortura e assassinato de opositores", foram também os que mais concordaram que esses governos não levavam "em conta a opinião do povo para governar" além de se caracterizarem por "crises econômicas e aumento da dívida externa". Tais correlações deixam claro, portanto, que há coerência nas respostas dos jovens

participantes da pesquisa, aferindo confiabilidade e credibilidade ao instrumento de coleta de dados e à fonte. É necessário considerar ainda que a amostra se divide em 3 grupos de tamanhos semelhantes, sendo um grupo que tem respostas mais favoráveis a ditadura, outro com respostas mais contrárias e um grupo com respostas mais neutras. A média encontrada no gráfico 1 resulta de uma pequena predominância numérica do grupo mais favorável à ditadura.

Dito isso, o Gráfico 1 faz ecoar uma questão pertinente: Parte importante desses jovens, que já nasceram sobre a égide da democracia, está reproduzindo narrativas que foram construídas ainda durante os governos militares. A consolidação da nossa democracia não tem contribuído de forma efetiva para a construção de valores democráticos, de apreço aos direitos humanos e de repúdio a práticas políticas autoritárias e ditatoriais. Nesse sentido, levantam-se dois problemas: por que esses jovens se colocam dessa forma frente aos governos militares? Como modificar essas representações, em busca de uma sociedade efetivamente democrática?

Uma das hipóteses que se coloca para responder à primeira questão é a influência da cultura política brasileira na formação da consciência histórica desses jovens. Diversos autores (Moisés, 2008; Soares, 2016; Baquero, 2012; Motta, 2018 entre outros) apontam que a bagagem histórica do nosso país contribuiu para a formação de uma memória política que deu origem ao que chamam de cultura política brasileira. Marcello Baquero destaca que o nosso passado é marcado por instabilidades políticas e econômicas que, somadas ao legado autoritário que caracteriza a nossa História, são obstáculos para “a construção de uma memória política orientada para a valorização ética e republicana e uma cultura política verdadeiramente democrática no país” (Baquero, 2012, p. 86.). Na mesma perspectiva, Antônio Mateus Soares salienta que o Estado brasileiro foi construído através da instabilidade institucional e do autoritarismo, reflexos de nossa “subordinação a uma cultura política que possui em sua gênese o colonialismo, expresso como conservadorismo, patrimonialismo, nepotismo, mandonismo, corrupção na gestão pública e violência contra as classes exploradas (Soares, 2016, p. 98).

Além dos elementos culturais herdados do nosso passado político que se assemelham aos apontados por Baquero, Soares aponta outro que tem forte influência num entendimento de Estado a partir de elementos antidemocráticos: a violência. Na mesma seara, Rodrigo Patto Sá Motta (2018) argumenta que a cultura política brasileira se estrutura em características como patrimonialismo, cordialidade, paternalismo, pragmatismo, precariedade da democracia política, autoritarismo, personalismo, clientelismo e conciliação/ acomodação, entendidas por ele como negação de conflitos. Em sintonia com esses autores, defendemos que a herança política que temos, apesar de não ser imutável, condicionou os brasileiros – pensando a regra e não a exceção – a sentirem-se desnecessários no campo das decisões políticas. O exercício da cidadania é visto como o restrito ato de votar. As relações de clientelismo e troca de favores que há muito caracterizam o poder público no Brasil levaram ao completo descrédito das instituições.

Dados do Latinobarômetro da primeira década do século XXI, apresentados por Moisés (2018) e Baquero (2016), apontam que a maioria dos brasileiros defende a extinção dos partidos políticos e do Congresso, mesmo na democracia. Em contrapartida, dados de 2019, também recolhidos pelo Latinobarômetro em parceria com o Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da Fundação Getúlio

Vargas, demonstram que as Forças Armadas eram a instituição que mais inspirava confiança entre os brasileiros, alcançando uma média de 5,1 numa linha de 0 a 7. A pesquisa demonstrou ainda que a confiança nessa instituição permaneceu estável nos anos anteriores (2012/ 2014/ 2017), diferentemente do que aconteceu com os partidos políticos, cuja média caiu, chegando ao menor número em 2017. Mais recentemente, outra pesquisa (IPEC<sup>5</sup>) com metodologia diferente, em 2023, apontou que as Forças Armadas, embora continuem entre as 5 instituições brasileiras com maior confiança pública, caíram do terceiro para o quinto lugar de 2019 a 2023, sua menor pontuação histórica, enquanto o Congresso, presidência e partidos políticos mostraram uma ascensão na confiança chegando às suas maiores pontuações históricas, com uma diferença decrescente quanto às 5 primeiras instituições.

A violência com que o Estado tratou, e ainda trata os movimentos sociais, é outro elemento que favorece à desmobilização: “O medo do conflito provoca [...] o medo da mudança” (Motta, 2018, p. 121). Trata-se, portanto, de uma cultura política que perpetua valores autoritários e antidemocráticos.

Acrescenta-se, ainda, um ponto a mais nessa reflexão: a herança autoritária e de instabilidade que marcam nossa memória política contribui para a elaboração de uma cultura política antidemocrática não apenas porque os resquícios desse passado permanecem no presente, mas também porque a falta de vivência de uma democracia efetiva permitiu a construção de uma noção enviesada sobre o que é, dentro das possibilidades do real, um governo democrático ou um Estado de direito.

### **3 CONTRADIÇÕES APARENTES E POSSÍVEIS E PARADOXOS FRENTE À NOÇÃO DE DEMOCRACIA.**

Os jovens que participaram da coleta de dados do projeto Residente não estão isentos das influências dessa cultura política. Na busca de tentar encontrar elementos capazes de nos orientar sobre a interferência da cultura política brasileira nos posicionamentos e representações estabelecidos pelos jovens que fazem parte da amostra dessa pesquisa, analisaremos a seguir outras questões do instrumento de coleta de dados, que possam ser cruzados com os apresentados até aqui.

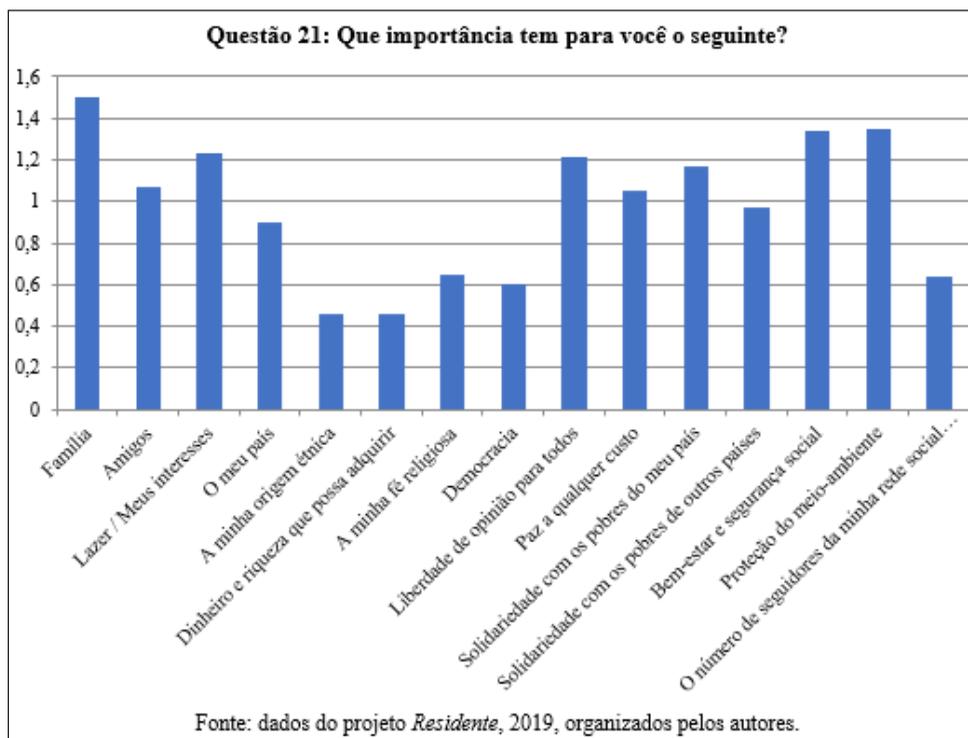
Na questão 21 os respondentes deveriam identificar, numa escala de cinco pontos, o nível de im-

<sup>5</sup> IPEC. ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL 2023, publicado em 19/07/2023. Disponível em [https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196\\_IC\\_S\\_INDICE\\_CONFIANCA\\_SOCIAL\\_2023.pdf](https://www.ipec-inteligencia.com.br/Repository/Files/2223/230196_IC_S_INDICE_CONFIANCA_SOCIAL_2023.pdf). Acesso em 15/06/2024.

portância de vários elementos, partes tanto da sua vida enquanto indivíduo, quanto como integrantes da sociedade. Entre esses estavam as opções “o

meu país”, “democracia” e “liberdade de opinião para todos”, por exemplo.

**Gráfico 2** - Médias das respostas para a questão 21 do instrumento de coleta de dados.



Fonte: dados do projeto *Residente*, 2019, organizados pelos autores.

Ao estabelecermos as médias, dos 15 itens apresentados para os estudantes, a opção democracia ficou entre os que tiveram menor importância, ganhando apenas de “a minha origem étnica”, “dinheiro e riqueza que possa adquirir” e “o número de seguidores da minha rede social digital”. Contraditoriamente, “bem-estar e segurança social” e “liberdade de opinião para todos” ficaram entre os elementos para os quais os jovens atribuíram muita importância.

Esses resultados corroboram a hipótese de que a ideia de democracia – e por consequência de ditadura – que se tem entre os jovens no Brasil é complexa.

As aparentes contradições expressas na questão 21 trazem um elemento mais profundo: a democracia que vem se construindo e consolidando no Brasil, desde a abertura política, não consegue dar conta das demandas e expectativas da população. Nesse sentido, por mais contraditório e paradoxal que pareça, características marcadamente democráticas, como a liberdade de opinião aparecem como importantes, porém não a democracia em si, já que para uma par-

cela importante dos brasileiros ela não parece capaz de oferecer isso, na forma como se apresenta hoje.

Outro exemplo que demonstra a complexidade dos valores democráticos entre os jovens participantes pode ser evidenciado a partir do grau de concordância apresentado pelos estudantes com as afirmações que aparecem nos itens 30.8 e 30.9 da questão 30, que solicita: “Os temas a seguir são sobre a vida social. Marque seu grau de concordância ou discordância com as afirmações abaixo”. Aqui apresentam-se quatro pontos na escala Likert: discordo totalmente, discordo, concordo ou concordo totalmente, ou seja, não há a opção neutra. Para o item 30.8, no qual se lê: “A pena de morte deveria existir para a maioria dos crimes hediondos”, os resultados ficaram assim: 11.9% dos respondentes discordam totalmente, 28.4% discordam, 37% concordam e 22.7% concordam totalmente. Esses dados reforçam a ideia da normalização e naturalização da violência por parte do Estado e, mais do que isso, demonstram como parte significativa desses jovens entende que estraté-

gias de punição violenta são eficazes como forma de combate à criminalidade.

O item 30.9, onde se lê: "É perda de tempo tentar reabilitar certos criminosos", poderia trazer uma leitura diferente, ou apontar para outra direção em relação ao que se afirma no parágrafo anterior. Todavia, há quase um empate técnico entre os que concordam e discordam em alguma medida com a afirmação. Os que discordam totalmente somaram 14,2%, os que discordam são 34,3%, os que concordam são 34,2% e os que concordam totalmente somaram 17,3%. Aqui, os que acreditam que a reabilitação de criminosos é perda de tempo somam 51,5% dos respondentes, ou seja, pouco mais da metade. No entanto, dentro de uma perspectiva democrática e de valorização dos direitos humanos, a regra deveria ser não só a concordância, mas também um esforço coletivo da sociedade como um todo, para ressocializar aqueles que tenham sido julgados e cumprido suas obrigações com a justiça, sendo esse um dos pontos importantes quando se deseja bem-estar e segurança social, conforme defendem advogados e juristas (Marcon, 2018; Peixinho, 2018; Maciel, 2016, entre outros).

Um último ponto merece ser analisado aqui: o afastamento político que caracteriza a cultura política brasileira também aparece entre os jovens que participaram da coleta de dados do projeto Residente. Quando questionados sobre como imaginam que será a sua vida daqui a 40 anos (Questão 25), a opção "Participarei da vida política" é a que aparece com a menor média, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Diante dos dados apresentados até aqui, considerando os números globais da amostra estudada, é possível afirmar que as características apresentadas da cultura política brasileira se repetem entre os jovens e, portanto, certamente têm algum tipo de impacto no seu posicionamento frente aos governos militares que estiveram no poder no Brasil recentemente.

#### 4 A IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA COMO PONTO DE INFLEXÃO

Os dados apresentados até aqui correspondem a uma análise sem recortes da amostra pesquisada. Todavia, os resultados variam se fazemos correlações com a importância da democracia. Jovens que dão maior importância para a democracia são também os que acham mais importante, respectivamente a liberdade de opinião para todos, bem-estar e segurança social e solidariedade com os pobres do seu país. De modo geral, esse grupo tende a dar maior importância para os aspectos relacionados à coletividade do que àquilo que é de interesse individual (o número de seguidores da rede social, a fé religiosa e a família).

Diferenciam-se também quanto à participação política no futuro, à pena de morte e reabilitação de criminosos. Os respondentes que deram mais importância para a democracia tenderam a acreditar mais que participarão da vida política daqui a 40 anos e se posicionaram contra a pena de morte e favorável à reabilitação e ressocialização de presos.

**Tabela 2** - Correlações entre a questão 21 (Qual importância tem para você o seguinte?), a questão 10 e as afirmativas dispostas nas questões 24.8 e 24.9

	10. Qual o seu interesse pela política?	24.3 Próspera e rica	24.4 Democrática	24.6. Agitada por problemas entre ricos e pobres	24.7 Agitada por conflitos políticos	25.5 Terei liberdade política e individual	25.6 Participarei da vida política	30.8 A pena de morte deveria existir para a maioria dos crimes	30.9. É perda de tempo tentar reabilitar certos criminosos
21.1 Família	0,075**	0,014	0,081**	0,108**	0,174**	0,130**	-0,015	0,045**	-0,006
21.2 Amigos	0,097**	0,020	0,069**	0,119**	0,180**	0,154**	0,047**	0,003	0,005
21.3 Lazer / meus interesses pessoais	0,075**	0,011	0,046**	0,114**	0,143**	0,168**	0,011	0,055**	0,051**
21.4 O meu país	0,144**	0,104*	0,096**	0,031	0,061**	0,141**	0,118**	0,064**	0,042*

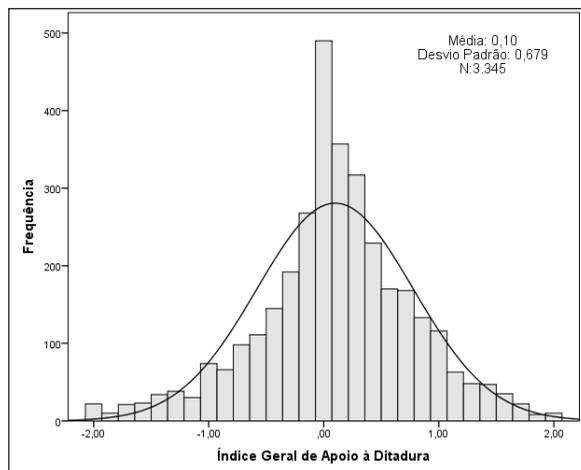
21.5 A minha origem étnica (africana, europeia, indígena...)	0,095**	0,070*	0,067**	0,093**	0,097**	0,108**	0,164**	0,004	-0,029
21.6 Dinheiro e riqueza que possa adquirir	0,083**	0,069*	0,055**	0,064**	0,121**	0,140**	0,008	0,131**	0,103**
21.7 A minha fé religiosa	0,045**	0,066*	0,070**	0,048**	0,062**	0,110**	0,069**	0,039*	-0,010
21.8 Democracia	0,333**	0,006	0,123**	0,193**	0,251**	0,192**	0,262**	-0,072**	-0,073**
21.9 Liberdade de opinião para todos	0,214**	-	0,078**	0,228**	0,295**	0,199**	0,134**	-0,053**	-0,088**
21.10 Paz a qualquer custo	0,060**	0,011	0,069**	0,154**	0,184**	0,162**	0,000	0,055**	-0,009
21.11 Solidariedade com os pobres do meu país	0,122**	-0,022	0,041*	0,204**	0,238**	0,159**	0,074**	-0,027	-0,099**
21.12 Solidariedade com os pobres de outros países	0,116**	-0,006	0,030	0,194**	0,222**	0,126**	0,086**	-0,038*	-0,098**
21.13 Bem-estar e segurança social	0,168**	-0,026	0,074**	0,223**	0,282**	0,173**	0,080**	0,008	-0,062**
21.14 Proteção do meio ambiente	0,142**	-0,025	0,069**	0,236**	0,272**	0,125**	0,060**	0,011	-0,042*
21.15 O número de seguidores na minha rede social digital	-0,069**	0,182*	0,060**	-0,074**	-0,136**	0,050**	0,075**	0,047**	0,079**

\* Correlações significativas no nível 0,05/ \*\* Correlações significativas no nível 0,01

Fonte: dados do projeto Residente (2019), organizados pelos autores.

A desagregação da amostra em três grupos, por outro lado, revela outra faceta dessa realidade. Para isso, criamos um índice de apoio à ditadura que soma todas as afirmativas favoráveis ao regime, mais as afirmativas contrárias multiplicadas por -1, de modo que quanto maior a soma, maior é, em média, a adesão à ideia e/ou à imagem da ditadura. Não incluímos as respostas à afirmação "Um período de maior segurança pública" porque se mostrou ambíguo em revelar conformidade ou rechaço ao regime. O histograma desse índice revela uma distribuição aparentemente normal, com os valores neutros predominando, e os valores positivos e negativos diminuindo do centro para os extremos da pirâmide, com uma leve predominância numérica dos grupos favoráveis ao regime (Gráfico 4).

**Gráfico 4** - Histograma do índice geral de apoio à ditadura militar brasileira entre jovens



Fonte: dados do projeto Residente (2019), organizados pelos autores.

Com esses dados, separamos os grupos de respondentes da seguinte forma:

**Tabela 3** - Posicionamentos em relação à ditadura militar.

Categoria	Frequência	Percentual	Percentual válido
Predominantemente contrários (média de -0,01 até o menor valor)	1132	28,9	28,9
Predominantemente neutros (média zero)	490	12,5	12,5
Predominantemente favoráveis (média de 0,01 até o valor máximo)	1723	43,9	43,9
Não respondeu uma ou mais perguntas que geram o índice	578	14,7	14,7
Total	3923	100	100

Fonte: dados do projeto *Residente* (2019), organizados pelos autores.

A questão seguinte é o quanto divergem as ideias e valores desses três diferentes grupos. Se retomarmos a Tabela 2 e, em vez de rodar os coeficientes de correlação, solicitarmos as médias e modas das respostas desagregadas pelos três grupos acima, a regra é que as médias tenham variação muito próxima, apenas com diferenças estatisticamente aleatórias na maior parte das questões. Há leves variações nas médias das respostas a "o meu país", "minha origem étnica", "dinheiro e riqueza", "fé religiosa" e "paz a qualquer custo", em que há uma pequena progressão das médias no sentido de que quanto mais favorável à ditadura, maior o valor dado a esses itens. Pelo lado contrário, quanto mais contrários à ditadura, menor o valor médio (ainda que com pequena diferença) atribuído à importância do "número de seguidores nas redes sociais" e "democracia". Olhando por outra perspectiva, contrários e favoráveis têm respostas praticamente iguais em alguns itens, enquanto os neutros se diferenciam desses dois grupos por menor importância atribuída a "amigos", "lazer", "liberdade de opinião", "solidariedade com os pobres do meu país e de outros países", "bem-estar e segurança social" e "proteção do meio ambiente". Se considerarmos os valores mais frequentes (a moda), os valores são idênticos para os três grupos, exceto no que se refere a "amigos" (um pouco menos valorizados pelos neutros), "o meu país" (um pouco menos valorizado pelos contrários), "minha origem étnica" (os três grupos respondem diferentemente, sendo os contrários o maior

valor), "dinheiro e riqueza" (um pouco mais valorizada pelos favoráveis) e "democracia" (menos valorizada apenas pelos neutros).

O que dizer diante deste quadro aparentemente aberrante? Na maior parte dos casos, eles se diferenciam mais dos estudantes neutros em relação à ditadura do que entre si. Ao contrário do que seria de se esperar, compartilham valores quanto aos aspectos pessoais e políticos, valorizando a democracia, o bem-estar social, o meio ambiente, a família, a liberdade de expressão. A única conclusão possível neste momento é que o posicionamento quanto à ditadura não é um fator decisivo para a definição de posicionamento quanto a direitos civis, sociais e políticos. Ou, dizendo de outra forma, o que os jovens pensam, sentem ou sabem em relação à ditadura não se relaciona de modo significativo com os seus valores. Talvez a chave para a aparente contradição que viemos discutindo não esteja na falta de compreensão do significado dos próprios valores, principalmente sociais e políticos, mas na própria compreensão do significado do período vivido pelo país entre 1964 e 1985.

Esse pequeno conjunto de dados aponta ainda para um movimento de mudança na cultura política da juventude brasileira, inclusive quando tratamos da participação política no futuro. Jovens que atribuem maior importância para a democracia, parecem entender que é somente através dela que se pode alcançar um Estado com atributos democráticos. Parece óbvio e redundante, mas essa relação de causalidade não se expressa quando analisamos a amostra total. Nesse sentido, dentro desse recorte, parece mais clara a noção de que uma democracia exige a participação dos cidadãos para que se efetive, de fato. Esse grupo aponta para o rompimento do que Baquero (2012) chama de virtudes inativas, ou seja, a incapacidade do ser social refletir e agir para transformar a realidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aparente contradição que encontramos na relação dos jovens com a ditadura militar brasileira e com os valores civis, políticos e sociais precisa pelo menos de uma hipótese explicativa. O fato, por exemplo, da valorização da democracia e do bem-estar social não serem incompatíveis para os participantes da amostra, sugere que algum dos conceitos em choque está mal definido para os estudantes. Dentre eles, o que tem menos circulação social é a ideia de governos militares (como apareceu no questionário para evitar posicionamentos prévios) ou ditadura, ou regime militar. Enquanto democracia e bem-estar so-

cial, por exemplo, circulam mais frequentemente no cotidiano e agregam sentidos, dados e definições, a ideia de regime militar, quando circula, é em forma estética/ afetiva e política/avaliativa (para usar, respectivamente, terminologia dos conceitos de cultura histórica e cultura política). Ou seja: não há tempo para que as pessoas captem dados, informações, conceitos, antes que os sentidos afetivos e políticos se estabeleçam, de modo que o aspecto cognitivo da cultura histórica/política fica parcialmente bloqueado.

Dizendo de outro modo, o acesso a um elemento do debate político primeiro pelo que se sente e pelo que identifica politicamente condiciona profundamente o que é possível saber, de modo objetivo, sobre ele. Mesmo que posteriormente ele seja estudado de modo sério, o viés de confirmação do aprendente tende a "cancelar" dados que não sejam compatíveis com o sentimento e com a identidade política anteriormente formadas. Isso quando se chega a estudar esse tema na escola, já que o modelo curricular desfavorece a história recente e a vigilância conservadora e a perseguição aos professores desestimulam que seja devidamente ensinado. Em outras palavras, ainda, quando encontramos uma contradição entre apoio à democracia, ao bem-estar social e à ditadura, nossa hipótese é de que isso é possível porque se sabe pouco ou mal sobre ditadura militar, de modo que ela não parece incompatível com aqueles valores. Segundo a proposição de Rösen (2007, p. 125), estamos diante de um caso de instrumentalização da esfera cognitiva da cultura histórica pelas esferas estética e política dessa mesma parcela da cultura.

Os resultados encontrados demonstram que algumas memórias coletivas parecem estar tão pro-

fundamente enraizadas na sociedade – que inclui os jovens – que parece quase impossível se desvincular delas. Todavia, há que se lembrar de que a elaboração das culturas políticas, hegemônicas ou não, se relaciona com os problemas fundamentais enfrentados pela sociedade em que elas emergem (BERSTEIN, 1998). Nesse sentido, observa-se que os grandes entraves para a consolidação de uma cultura política cívica, participativa ou democrática no Brasil são os resquícios do autoritarismo histórico que permeiam o nosso passado e presente, somados à falta de compreensão sobre o que exatamente é um sistema democrático e à desconfiança nas instituições. Sabendo disso, cabe a cada uma e cada um atacar da forma que puder essas vulnerabilidades no sentido de combatê-las.

Além dos dados já esperados, em conformidade com esses elementos da cultura política, a possibilidade de mudança também aparece, indicando que não estamos parados no mesmo lugar. Há um grupo dentro dessa amostra, que deve representar um número muito maior do que foi contemplado aqui, que reflete que entre aqueles que dão importância para a democracia, o posicionamento diante da ditadura não segue a lógica da maioria.

Nesse sentido, os dados apresentados apontam alguns caminhos que professores, sociedade e governo podem seguir para efetivar uma cultura política efetivamente democrática e participativa, com igualdade de oportunidades e valorização dos direitos humanos. Mais do que isso, demonstram alguns dos caminhos que já vem sendo construídos por nossos jovens.

## REFERÊNCIAS

---

ALMOND, Gabriel A. & VERBA, Sidney. **La Cultura cívica**. Estudio sobre la participación política democrática em cinco naciones. Madrid: Fundación FOESSA, 1970 [1963].

BAQUERO, Marcello. "Memória política e constituição da cultura política brasileira". **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, RS, vol. 48, n.2, p. 84-92, maio / ago. 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/938/93823715003.pdf>> Acesso em 17 jul. 2023.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

CERRI, Luis F. Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, RS, vol.36, n. 1, p. 59-81, jan. / abr. 2011. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/15076>> Acesso em: 28 mai. 2019.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo Li-kert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista de Gestão Organizacional**, Chapecó, SC, v. 6, p. 161 – 174,

2013. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1386>> Acesso em: 22 maio 2019.

MACIEL, Raquel Elena Rinaldi. A ressocialização no sistema carcerário. **Revista do Curso de Direito da Uniabeu**, Nova Iguaçu, RJ, v. VI, n.1, p. 97-109, jan. / jun. 2016. Disponível em: <<https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/rcd/article/view/2462/1644>> Acesso em: 03 nov. 2023.

MARCON, Danieli Cristina. Segregação, Sistema Carcerário e Democracia. **Argumenta Revista Juridica**, Jacarezinho, PR, n. 9, 2008. Disponível em: <<https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/704>> Acesso em: 03 nov. 2023.

MOISÉS, José Álvaro. "Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime o caso do Brasil". **Opinião Pública**, Campinas, vol. 14, n.1, p.1-42, jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/ZM7kn78bzT-CyDG57yMXxjhb/>> Acesso em: 08 set. 2023.

MORAIS, Jennifer Azambuja; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Cadernos de Campo**: Revista de Ciências Sociais. Araraquara, SP, n.25, p. 33-62, jul./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11512/8125>>. Acesso em: 08 set. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, 2018. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018109>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

PEIXINHO, Franklim da Silva. Participação e representação democrática dos encarcerados na elaboração de políticas públicas de ressocialização. **Novos Olhares Sociais**, Cruz das Almas, BA, v. 1, n. 2, p. 89-110, 2018.

RÜSEN, Jörn. **História viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

SOARES, Antônio Mateus. Violência como fenômeno intrínseco à cultura política brasileira. **Revista de Ciências Sociais**, Vitória, ES, v.2, n.18, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/13254>>. Acesso em: 16 set. 2020.